

## **DEBATE DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2006**

**António Marinho**

**Novembro 2005**

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Há pouco mais de meio ano, debatemos aqui o Orçamento da Região Autónoma dos Açores e o Plano Regional Anual para 2005.

Há pouco mais de meio ano, levantámos um conjunto de dúvidas e lançámos críticas em relação a esses documentos, devidamente fundamentadas e assentes numa análise séria que previamente tínhamos efectuado.

Há pouco mais de meio ano, recebemos como resposta a euforia, a arrogância, a intolerância e a falta de vontade para introduzir alterações que pudessem melhorar os documentos em discussão, embora tivéssemos disponibilizado o nosso voto favorável a alterações propostas pelo partido que suporta o Governo, porque julgámos que era esse o melhor contributo que poderia ser dado para o desenvolvimento dos Açores.

Dessa forma, há pouco mais de meio ano, foram votados documentos que servem os interesses do Partido Socialista, mas que não traduzem a vontade expressa de todos os açorianos, quando decidiram repartir os seus votos pelas forças políticas aqui representadas.

Aliás, somos acusados de fazer crítica permanente à actuação do Governo Regional.

Obviamente. É isso que essencialmente nos cabe enquanto deputados eleitos por um partido que o povo pretendeu que estivesse na oposição e se afirmasse, permanentemente, como alternativa. É isso que esperam aqueles que em nós votaram, aqueles que pretendem que exerçamos um papel vigilante, mas que sabem que, por esse motivo, não deixamos de dar o nosso acordo a iniciativas do Governo quando as mesmas são positivas para a Região.

Como democratas, aceitámos o veredicto. Mas o elogio do Governo não integra o nosso papel. Para o fazer, existem nesta Assembleia deputados em número suficiente. A unanimidade nem sempre produz boas decisões.

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Pouco mais de meio ano passado, confrontamo-nos com novas propostas de Orçamento da Região e de Plano Regional Anual, agora dirigidas para o ano de 2006.

Confessamos que, na nossa primeira abordagem aos documentos, numa fase em que ainda o fizemos de uma forma relativamente superficial, julgámos que nos iríamos confrontar com a falta de entusiasmo e com alguma dificuldade de inovação no verbo. Os documentos, repetitivos nas estratégias, nas fantasias, nas ilusões ou nos jogos de esconde-esconde, mostravam-se pouco propícios à introdução de elementos novos na sua apreciação e, consequentemente, no discurso.

Lembrámo-nos, até, de um momento ímpar, em que um deputado da nossa bancada repetiu uma intervenção que aqui fizera uns anos antes, mas que se mantinha actual, dado que na mesma eram identificadas obras e promessas que o Governo continuava a não cumprir em relação à sua ilha. Na verdade, também no caso vertente se justificaria uma situação semelhante, já que a repetição dos erros tornaria ajustada a intervenção que havíamos feito em Abril passado.

O aprofundamento da análise mostrou-nos, contudo, que afinal havia novidades. E se uma ou outra podia evidenciar o “descer à terra” de algumas fantasias criadas no passado recente, eram mais significativas e em muito maior número as que acentuavam o crescente refinamento dos “truques” que invadiram os instrumentos de maior importância para a economia regional e o desajustamento entre as conclusões e os números, devido à permanente ânsia de adjectivar e classificar como “ótimo” o que nem sequer chega a ser “razoável”. Uma prática que, aliás, não constitui surpresa, bastando para tal estar atento aos comunicados oficiais do Governo Regional, ou até, o que é mais grave, aos documentos saídos dos diversos departamentos oficiais que acompanham a divulgação de dados estatísticos, onde se detectam contrastes gritantes entre os números e os textos de apreciação que os acompanham.

Olhemos, então, para os documentos que o Governo Regional nos apresentou e tentemos mostrar os resultados da nossa apreciação, na exacta medida da informação que nos é fornecida, uma vez que muita está escondida ou a coberto de textos e números demasiado generalistas que não possibilitam uma análise mais consistente.

A proposta de Orçamento merece um primeiro comentário ao seu Relatório, que não é propriamente um elogio porque julgamos que apenas se trata de voltar a utilizar a contenção nas palavras e evitar triunfalismos inadequados. Falamos no desaparecimento da palavra “superávite”, que inundou a comunicação social e que surgia nos documentos relativos a 2005.

Não sabemos se foi por uma questão de pudor, mas a verdade é que se escreve agora que “a Conta de Região relativa a 2004... apresentará um saldo positivo da ordem dos 22 milhões de euros”. Um agradecimento ao Governo Regional pelo esforço, demonstrando, pelo menos por agora, respeitar uma palavra que quase perdeu a sua dignidade, embora muito houvesse para contar acerca dos motivos que possibilitaram a

existência do referido saldo que, a seu tempo, não teremos problema em voltar a abordar. Fá-lo-emos sempre que se justificar. Não tememos ser repetitivos. Que ninguém tenha dúvidas!

Feita esta consideração, embrenhemo-nos nos valores, comparações e comentários que constam do Relatório do Orçamento Regional.

Na justificação da previsão orçamental, merecendo honras de ponto de partida, é referido um suposto acréscimo de grande significado do rácio que mede o grau de cobertura das despesas de funcionamento por receitas próprias entre 2005 e 2006. Tal facto aparece ligado à seguinte afirmação: “Na sequência do que ocorreu no ano de 2005, e de acordo com os objectivos constantes do programa do IX Governo Regional, a presente proposta de Orçamento apresenta um quadro financeiro estável das suas finanças públicas”.

Aparte a má qualidade do texto referido, que se refere ao ano de 2005 dando-o já como terminado e que confunde a propriedade das finanças públicas, dado que o pronome “suas” utilizado pressuporia que aquelas pertencessem ao Governo Regional, ou ao Orçamento, quando ao primeiro apenas cabe tentar gerir os recursos financeiros que a todos pertencem e o segundo não passa de um instrumento, o fundamental relaciona-se com a utilização do adjetivo “estável”. Será que a estabilidade é atingida apenas com a cobertura do funcionamento da máquina da Administração Regional? Será que a Região se encontra já num estágio tão avançado de desenvolvimento que dispensa o investimento público? Será que na generalidade das ilhas, e nas mais periféricas em especial, a mera existência e funcionamento de departamentos oficiais é sinónimo de que as assimetrias desapareceram? Claro que não! Estabilidade é um conceito que deve ser utilizado de forma mais séria e reflectida e que é muitíssimo mais abrangente.

Mas quanto à cobertura das despesas de funcionamento por receitas próprias não ficaremos apenas por aqui. Refere o relatório que as segundas excediam em 4.3% as primeiras no Orçamento de 2005 e que passarão a ser excedentárias em 12.8% em 2006. Em abono da verdade, aqui deixamos algumas considerações.

A primeira refere-se a um artifício, a indevida utilização do Plano Regional Anual para assegurar despesas de funcionamento, quando nele apenas se deveriam enquadrar despesas de investimento. Ou seja, o Governo finge que as despesas de funcionamento são integralmente cobertas pelas receitas próprias, atirando parte das primeiras para dentro de outro envelope. Sabe que finge e sabe que em 2006 tal acontecerá ainda mais do que nos anos anteriores, contrariando as recorrentes recomendações anuais do Tribunal de Contas.

A segunda prende-se com uma explicação dada no próprio Relatório, quando se refere que parte das receitas fiscais contém acertos de alguns impostos, o que leva à inconsistência e casualidade de parte do aumento das receitas próprias em 2006. Ou seja, nos anos seguintes, feitos os ajustamentos, os valores de alguns impostos apenas reflectirão a actividade do ano em causa, deixando de assegurar a cobertura referida.

A terceira refere-se às crescentes situações de desorçamentação decorrentes da criação sucessiva de sociedades anónimas de capitais públicos, área em que temos que admitir que o Governo Regional se tem mostrado incansável. A verdade é que, com esta avalanche, tem sido estonteante a canalização, para aquelas sociedades, de despesas de funcionamento que deveriam estar incluídas no Orçamento da Região.

A última tem a ver com mais um artifício utilizado, que aparece agora, nos documentos de 2006. De forma correcta, para efeitos comparativos da receita, o Relatório retira um valor de 49.9 milhões de euros correspondentes a uma operação de refinanciamento, uma vez que terá consequências meramente escriturais e nada influenciará em termos reais. No entanto, “esquece-se” de retirar o efeito de um valor também significativo, superior a 43 milhões de euros, relativo à inclusão nas receitas fiscais do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP), que até 2005 se encontrava em Contas de Ordem, à guarda do FRAE.

Ou seja, para uma análise comparativa séria e verdadeira, ou se classificava o valor do ISP em 2006 nos mesmos termos de 2005, incluído em Contas de Ordem, e aí o rácio de cobertura das despesas de funcionamento por receitas próprias apenas subia de 104.3% para 105%, ou se classificava o de 2005 nos mesmos termos de 2006, incluído em Receitas Fiscais, o que levaria a que o rácio passasse de 111.2% para 112.8%. Em qualquer dos casos, o “arsenal” de outras percentagens de evolução que se estende pelo documento teria que ser alterado, o que seria um bom exercício de seriedade, assim como cairia por terra o “fantástico” ganho de receitas próprias invocado, que certamente se transformaria em perda se acrescentássemos os efeitos dos outros factos referidos.

Esquecimento? Pensamos, ou temos a certeza, que não. Aliás, mais à frente, quando nos debruçarmos sobre o Plano, poderemos perceber as verdadeiras razões deste aparente “lapso” de análise.

Passemos às transferências, que continuam a ter influência determinante na receita dos orçamentos regionais. Passemos, designadamente, à aplicação da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, que em 2006 vai sofrer um inédito acidente de percurso.

Até 2005, com governos não alinhados partidariamente com o governo socialista da Região, as transferências ao abrigo dos artigos 30º e 31º da referida Lei, embora correndo o risco de sofrer os efeitos de uma outra Lei, a de Estabilidade Orçamental, nunca foram afectadas. Embora as “cobras e lagartos” sempre tenham invadido o discurso do Governo Regional em relação à actuação dos Governos da República de então, a verdade é que a Região viu sempre ser respeitada a actualização anual daquelas transferências. Acresce ainda que, até ao presente ano, foram significativas as verbas que se conseguiram garantir para os Açores, por força de investimentos que se encontravam inscritos no PIDDAC - Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central, a cargo de importantes instituições que actuam na Região, designadamente a Universidade dos Açores, com evidente repercussão no desenvolvimento regional.

Com algumas ameaças, é certo, os ditos “répteis” desapareceram do discurso do Governo Regional quando a cor rosa invadiu também o Terreiro do Paço. Contudo, foi em função dessa mudança que, pela primeira vez, se aplicaram os termos da Lei de Estabilidade Orçamental quanto a essa matéria e aquelas transferências permanecerão em 2006 com os mesmos valores de 2005. De igual modo, também as verbas do PIDDAC para os Açores irão ser afectadas, sofrendo uma redução assinalável, colocando em causa empreendimentos fundamentais para algumas instituições e, consequentemente, para a Região.

Um paradoxo? Provavelmente! Mas certamente algo que seria de esperar, sendo ainda uma incógnita o que por aí ainda pode estar para vir, caso a Lei de Finanças das Regiões Autónomas seja alterada. Trata-se de uma situação, ao que parece, desejada pelo Presidente de Governo Regional, considerada perigosa por quem, sendo insuspeito, já teve enormes responsabilidades na condução das finanças regionais, e equacionada pelo Governo da República, tanto no Programa de Estabilidade e Crescimento apresentado a Bruxelas, como mais recentemente no Orçamento do Estado para 2006, nos seguintes termos: “As Leis de Finanças das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais serão revistas em 2006 assegurando, entre outros objectivos, que os esforços de consolidação orçamental sejam partilhados pelos diferentes níveis da Administração Pública”. Será que este texto dá garantias ao Governo Regional e ao seu Presidente, ou haverá para aí um qualquer “entendimento” na manga, sobre o qual não recaia um desentendimento?

O lado da despesa desloca novamente a nossa atenção para a questão da auto-suficiência da Região na cobertura das despesas de funcionamento.

Quanto à despesa corrente, ficam as dúvidas, que gostaríamos de ver esclarecidas para além da menção feita no Relatório, em relação à suficiência do aumento de 2.8% nas despesas com pessoal. Desconhecendo os acréscimos salariais que podem advir das negociações com os sindicatos da administração pública, parece-nos, contudo, que a conjugação da percentagem que daí pode resultar, com os automatismos que o Governo da República ainda deixou de pé nas medidas que implementou para a função pública, se possa revelar superior ao aumento considerado. De qualquer forma, como dissemos, deixamos o benefício da dúvida em relação a esta matéria, esperando que da parte do Governo Regional exista, pelo menos para esta questão, disponibilidade e vontade para nos prestar os esclarecimentos mais aprofundados que a proposta não contém.

Saudamos a descida de quase 6% na aquisição de bens e serviços, que julgamos obedecer a um bom princípio e que parece corrigir uma situação inadmissível que no ano de 2005 criticámos. Estaremos, no entanto, muito atentos à evolução desta área de despesa ao longo do próximo ano, na medida em que nos for possível fazer o seu acompanhamento, uma vez que conhecemos a habitual indisponibilidade de fornecimento de elementos em quantidade suficiente que costuma caracterizar a actuação do Governo Regional. Aliás, é bom lembrar que este domínio, assim como o das despesas de capital, onde também se verifica uma descida, são aqueles em que a

promiscuidade com despesas do Plano, supostamente de investimento, é, por norma, mais intensa.

Fica ainda a nossa apreensão no que toca ao aumento das transferências feitas a partir do Orçamento regional. Em primeiro lugar, devido ao aumento que conhecem, 3.6%, superior em um ponto percentual ao que se encontra estimado para a evolução da despesa corrente. Em segundo lugar, pelo facto de ser ainda maior o acréscimo das verbas destinadas ao sempre polémico Serviço Regional de Saúde, que são reforçadas em 4%, quando a palavra de ordem para esse sector deveria residir em ganhos de eficiência, dos quais resultasse uma maior racionalidade da despesa, ao invés da simples e normalmente inconsequente injeção de um maior volume de meios financeiros.

Antes de passarmos a uma abordagem genérica do Plano, podemos desde já concluir que nos encontramos perante um Orçamento que aposta na continuidade. Não se pretendem mudar as más práticas ou os maus hábitos. A coragem de mudar poderia revelar-se desastrosa para a satisfação de diversos interesses e clientelas.

Nove anos... já contam para a história. Já está enraizada uma determinada forma de governar. Não existe preocupação em obter ganhos de racionalidade. Com acertos ou ganhos inesperados de receita, se tal for possível, ou “empurrando” despesa para instrumentos criados sem outro critério que não seja o de aí depositar as responsabilidades que inevitavelmente surgirão no futuro, tudo se vai conseguindo levar ao porto pretendido. Alguém há-de arcar com as consequências.

Se dúvidas houvessem, bastaria olhar para o facilitismo dos governos socialistas da República. Os do passado, como ficou bem patente e que ainda hoje nos penalizam, ou mesmo o actual que, após uma “entrada de leão”, se tem revelado progressivamente mais domesticado, optando em 2006, mais uma vez, por resolver o essencial do problema orçamental português através do aumento da receita, designadamente pela via fiscal, quando o “mal” está do lado da despesa.

Como alguém muito amigo deste Governo Regional diria: “É a vida!”.

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Falemos no investimento público. Olhemos para o Plano Regional Anual. Como é hábito, o Governo Regional acha que é “o maior de sempre”.

Permitam-me um aparte, eventualmente não regimental, tendo em conta que sou eu quem está na tribuna: Até quando ouviremos esta ladainha?

Pois bem, estão previstos 326 milhões de euros para 2006. Em 2005, estavam previstos 320 milhões. Na verdade, são quase 6 milhões de euros a mais. Qual é a dúvida?

Nenhuma em especial. São várias.

Começemos pela mais evidente para quem quer que seja, a que seria invocada por qualquer pessoa que vive o seu quotidiano. É verdade! Os preços aumentam. Então, antes de se lançar o “slogan” da praxe deveriam primeiro expurgar-se os efeitos da inflação. Ou seja, deveriam primeiro fazer-se contas.

Já sabemos que essa não era uma das qualidades do amigo do Governo Regional que antes referimos, e muito menos é uma característica que associemos a um dos dois candidatos socialistas a Presidente da República. Mas temos a certeza que, para contas, há alguém no Governo Regional que não deixa os créditos por mãos alheias. Por isso, é nosso entendimento que aí se situe mais um daqueles “esquecimentos”, mais um dos que, provavelmente, são propositados. Até nos atrevemos a repetir uma frase que imaginámos que poderia ter sido dita: “É porque assim, em vez de aumentar 6 milhões de euros, o Plano vai descer uns 3 ou 4 milhões em relação a 2005 e deixa de ser o maior de sempre. Esquece, não interessa!”. Mas há mais.

Ouvimos há dias dizer que o Plano de 2005 atingirá uma taxa de execução acima de 90%. No final do terceiro trimestre do ano, a execução financeira está em 58.5%. Obviamente que seria fundamental a informação acerca da execução material para nos pronunciarmos devidamente sobre esta matéria, e aí, não só teríamos fortes dúvidas do “salto” de mais de 36% dado de Junho a Setembro, como não nos acreditaríamos na possibilidade de novo “salto” acima de 30% a ser dado no trimestre final do ano, o mesmo acontecendo em relação à execução financeira desse período, caso se tratasse de um ano normal. Acreditamos, contudo, que os “calotes” do ano de 2004, criados para suportar as eleições regionais desse ano, que eram notórios no Plano de 2005, como aliás tivemos oportunidade de chamar a atenção, bem como a “azáfama” financeira que deve ter rodeado as últimas Autárquicas, possam criar uma taxa de execução financeira elevada, embora, como é óbvio, eivada de artificialismo. Se assim acontecer, a execução do Plano de 2006 ficar-se-á por um valor substancialmente mais baixo do que o que pode ser obtido em 2005, o que implica que o tal epíteto de “maior de sempre” seja mais uma vez, um “spot” destinado a propaganda.

Uma terceira dúvida, ou melhor, uma certeza, tem a ver com a questão das despesas de funcionamento incluídas num instrumento que deve espelhar apenas investimento público, que já anteriormente mencionámos. Sendo substancialmente mais expressivas em 2006, em alguns casos roçando o inimaginável na classificação da despesa, levam a que o “maior de sempre” seja, afinal, uma tremenda falsidade.

Finalmente, o artifício já citado, relativo à diferente metodologia utilizada em 2005 e 2006 para o ISP, que referimos que também teria consequências a nível das verbas do Plano. Efectivamente assim é, já que anteriormente o seu valor também chegava aos agentes económicos, com a diferença de agora engrossar as fileiras do Plano. Uma

análise comparativa séria obrigaria, alternativamente, ou a retirar o valor das verbas correspondentes ao objectivo “Aumentar a produtividade e a competitividade da economia” em 2006, levando a que o valor do Plano de 2006 recuasse para 283 milhões de euros, comparável com os 320 milhões de euros de 2005 e bastante mais reduzido, ou que se acrescentasse o valor em 2005, em que a comparação se traduziria numa descida de 356 para 326 milhões de euros.

Resta, eventualmente, uma “ajuda” das verbas relativas a alienação de participações do Governo Regional constantes do Plano de 2005 que, contudo, são muito mais do que compensadas negativamente pelas quatro questões referidas nos parágrafos anteriores.

Tudo o resto, são meras manobras para tapar olhos a incautos. A verdade é que o investimento público desce. Por isso, referir um aumento de 25.4% na taxa de crescimento do investimento público, como aparece no texto, quando é evidente a existência de uma descida, só sugere um comentário lacónico: descaramento e falta de seriedade.

Impõe-se também uma comparação do valor do Plano para 2006 com as Orientações de Médio Prazo 2005-2008 que, como se sabe, têm duas intrigantes versões. Com efeito, existe uma versão publicada no Diário da República que é substancialmente diferente da versão aprovada nesta Câmara, apesar de declarações em sentido contrário, aguardando-se ainda o cabal esclarecimento desta questão. No entanto, os desvios existentes, quer o positivo de 4.1% em relação à versão aprovada, quer o negativo de 5.2% que se obtém na comparação com a versão publicada, são demasiado amplos para um documento que tem pouco mais de seis meses de vida.

Tal como em Abril, terminemos com a análise da evolução da dívida pública.

A nova terminologia relativa à dívida indirecta, iniciada no Orçamento de 2005, restringe o conceito à simples palavra “Avaes” e continua a tentar esconder a realidade. É escusado invocar as palavras e os textos de quem sabe e faz, ou fez, teoria sobre esta questão, porque já se viu que a teimosia é mais forte do que a lucidez e a seriedade que deveriam presidir à actuação de quem assume cargos de responsabilidade.

No entanto, a dívida pública indirecta não se encontra ausente em parte incerta. É até curioso constatar o seguinte:

O capítulo V do Relatório do Orçamento intitula-se “Dívida Pública Regional”. O ponto A desse capítulo tem o título “Dívida Pública Directa”. O ponto B é o tal que é apenas intitulado de “Avaes”. Onde está então a dívida pública indirecta?

Como por vezes acontece a alguns, o gato está escondido mas tem o rabo de fora.

Esquecendo os disparates, o ano de 2004 terminou com uma dívida pública total de 555 milhões de euros, dos quais 275 milhões de euros eram dívida directa e 280 milhões de euros eram dívida indirecta, um valor que já era substancialmente superior ao dos anos anteriores. O ano de 2005 deverá terminar, de acordo com o Relatório do Orçamento,



numa dívida pública total de 674 milhões de euros, um agravamento de 21.6% decorrente apenas do aumento da dívida indirecta para 399 milhões de euros. Para 2006, o Orçamento solicita autorização para aumentar o “plafond” de avales em 110 milhões de euros, levando a que a dívida pública potencial no final desse ano atinja 784 milhões de euros, agravando a dívida total em 16.3%.

As sociedades anónimas constituídas para diversos sectores apresentam-se como as principais responsáveis por esta evolução descontrolada da dívida pública. A Sudaçor é a principal utilizadora, o que mais motivos de apreensão nos suscita, devido à galopante dívida que sempre tem caracterizado a evolução do sector da saúde.

O futuro apresenta-se ainda mais preocupante devido à saga de criação de SA's em que o Governo Regional se envolveu, preocupação que, aliás, é extensiva a colaboradores recentes do Governo Regional. Há inclusivamente algumas novas que se vislumbram já no horizonte. A imagem adequada à situação é a de que o Governo contraiu um vício e que nada faz para dele se libertar. Antes pelo contrário, cada vez se envolve mais e está de “orelhas moucas” para quem lhe dá conselhos. O que é mais angustiante é saber que não é o futuro do Governo que está em jogo, o que sinceramente não nos afecta. O que nos preocupa é que, neste caso, é a Região que fica penalizada pelo vício do Governo.

Aliás, a cada vez mais pobre informação sobre o Sector Público Empresarial Regional contida no Relatório do Orçamento, quando comparada com anos anteriores, indicia também que o Governo Regional não está interessado em nos dar uma visão clara que nos habilite a uma decisão consciente sobre o instrumento orçamental. A nós, ou a qualquer outra bancada, já que seria com elementos mais precisos sobre a evolução desse sector que poderíamos encontrar o complemento de informação que poderia contrariar muitas afirmações gratuitas contidas nos documentos.

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Pouco mais de seis meses depois, temos novamente pela frente documentos dúbios.

Curiosamente, a arrumação desta intervenção conduziu-nos a uma charada.

Começámos pela letra F, com referências à cobertura do “Funcionamento” da Administração Regional, seguimos para a letra A, identificando alguns “Artifícios”, abordámos a letra L, com os efeitos da “Lei de Finanças das Regiões Autónomas”, voltámos à letra A, com considerandos sobre a “Auto-suficiência” orçamental, usámos a letra C, apelidando os documentos como de “Continuidade”, depois fomos para a letra I, quando analisámos o suposto crescimento do “Investimento” público e, finalmente, constatámos o endividamento crescente da Região, novamente através da letra A, quando olhámos para o aumento desusado dos “Avales”.

A junção das letras, ironicamente, origina a palavra FALÁCIA. Por acaso, ou talvez não.

Será que iremos obter respostas esclarecedoras do Governo Regional sobre as matérias que nos preocupam, ou será que a ironia de arrumação deste texto coincide com o valor dos documentos que nos são presentes?

Disse